



GT 04. Antropologia Biológica e interfaces biologia e cultura: história, pesquisas atuais e perspectivas futuras

Coordenador(es):

Verlan Valle Gaspar Neto (UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Pedro Jose Tótorá da Glória (Universidade Federal do Pará)

A história da Antropologia Biológica remonta, pelo menos, ao século XIX, tanto nos chamados centros irradiadores (EUA e Europa) quanto em outros países, inclusive no Brasil. Das primeiras investigações até os dias atuais, a Bioantropologia brasileira tem se apresentado multifacetada, com uma profusão de estudos com reconhecida inserção na comunidade antropológica internacional. Não obstante, praticamente inexistem hoje, no Brasil, espaços de discussão que abordem as interfaces entre Biologia e as ciências humanas, incluindo em um mesmo fórum pesquisas realizadas em Etnobiologia, Antropologia Ecológica, evolução biocultural, Antropologia Forense, Bioarqueologia, Antropologia Genética, Socioecologia da Saúde, Primatologia, entre outros campos correlatos. Inspirada em iniciativas como o simpósio “Reintegrating Anthropology” (Portugal, 2016), organizado pela Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research, e o livro editado por Tim Ingold e Gisli Palsson, *Biosocial Becomings: Integrating Social and Biological Anthropology* (2013), a proposta deste GT é abrir espaço a investigações de natureza teórica, experiências em trabalho de campo, bem como relatos de iniciativas institucionais, que contemplem os aspectos históricos, os múltiplos temas atuais, as perspectivas futuras e, sobretudo, as possibilidades de diálogo entre Biologia e Antropologia no e a partir do Brasil.

Como é ser uma Antropóloga em um Centro de Antropologia e Arqueologia Forense?

Autoria: Aline Feitoza de Oliveira (UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo)

Historicamente no Brasil, a Antropologia Social e Antropologia Biológica seguiram caminhos separados. Quando se trata de Antropologia Forense, ou seja, a aplicação do corpo teórico e metodológico da disciplina para resolução de crimes, esse distanciamento ficou ainda maior. Seu desenvolvimento tornou-se cada vez mais medicalizado e restrito à instituições de perícia, geralmente policiais. O reflexo da não interação entre as áreas fica claro quando observamos as programações de cursos, congressos, ou outros espaços acadêmicos e formativos no Brasil. Este texto se propõe a discutir a imagem genérica que se construiu de que a antropologia forense não se relaciona com a Antropologia de modo geral ou que seja um conhecimento restrito a pequenos grupos que pouco ou nada lidam com ela, seja no viés social ou biológico. Vem discutir como a Antropologia de forma integrada (4 fields), sendo uma ciência política e engajada, pode contribuir para a formação dos espaços de perícia mais humanizados e tecnicamente mais preparados. Juntar os conceitos da antropologia social e biológica, entendendo o homem como um só e sem pre-conceitos deterministas, apresenta um grande potencial para auxílio na resolução de crimes e processos de violações de direitos humanos. Essas questões são vivenciadas pela autora quando se pergunta: a luz desse contexto nacional, qual o tipo de antropologia se pretende fazer em um Centro de Antropologia e Arqueologia Forense?

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: